

## **BDSM: Entre Corpos e Territórios Dissidentes**

**Andressa Carolina do Nascimento Nunes** (UFMG) - andressa.nunes@ymail.com

### **Resumo:**

*As grandes cidades contemporâneas são palco para a multiplicação de formas de vida, além do desenvolvimento de dinâmicas sociais únicas aos espaços ocupados pelos habitantes. Movimentos de resistência às lógicas de organização da cidade através da matriz excludente e da atuação do capital surgem e se multiplicam diariamente, de modo a possibilitar a ocupação da urbes pelos corpos não conformantes ao padrão estabelecido, desejosos de espaços que os acomodem devidamente. Neste cenário, se encontram os praticantes do BDSM que, embora se comportem de modo a permanecerem invisíveis na cidade, protegidos pelo próprio espaço que ocupam e as redes de relacionamentos que estabelecem, ainda assim participam de uma prática que não está de acordo com o padrão estabelecido pela matriz dominante. Sendo assim, este trabalho se propõe a uma reflexão a respeito da constituição dos corpos dos sujeitos praticantes de BDSM e dos seus lugares de ocupação nas cidades como formas de microresistência à matriz sexual dominante, excludente por princípio. Seria a prática do BDSM por esses indivíduos considerada uma forma de resistência? Seria o seu aspecto invisível na cidade fator relevante nesta consideração? São algumas das perguntas propostas.*

**Palavras-chave:** *Cidades; BDSM; Sexualidade; Microresistência; Microterritórios*

**Área temática:** *GT-08 As Relações de Poder no Organizar (Extra)Ordinário da Vida Cotidiana*

## Considerações Iniciais

As grandes cidades contemporâneas são palco para a multiplicação de formas de vida, além do desenvolvimento de dinâmicas sociais únicas aos espaços ocupados pelos habitantes. Dizer que o espaço urbano se configura como o lócus do conflito significa reconhecer os diferentes interesses políticos dos atores em disputa pela cidade, seus movimentos que formatam e modificam a paisagem urbana e social. Deste modo, os movimentos de interação entre os corpos cotidianos e o corpo da cidade articulam as subjetividades dos indivíduos de forma dialética, na qual as impressões urbanas são expressas nos corpos dos sujeitos, ao mesmo tempo em que as apreensões dos sujeitos, suas relações de poder, suas afetividades, deixam marcas específicas nesses (micro)territórios, reconfigurando-os, conforme Fortuna (2012).

Considerando a obra de Herbert Marcuse<sup>1</sup>, Teixeira (2013, p. 34) sustenta que o corpo “seria um território físico que deveria ser ordenado funcionalmente e espacialmente com o objetivo de torná-lo ‘civilizado’”. Sugere que, sobre o corpo, agiriam forças de “repressão sexual” que canalizariam seu potencial erótico para a sua “genitalização” (delimitação física) e função (de copulação para fins reprodutivos, heterossexual), uma vez que o corpo humano seria em si mesmo uma zona erógena, sem claros limites entre genitália e restante do corpo, o que possibilitaria o seu uso para obter diversas formas de prazer sexual (TEIXEIRA, 2013). Tais mecanismos de repressão sexual, ainda segundo Teixeira (2013), agem com o objetivo de tornar o corpo disciplinado e viabilizado para a “civilização”, para a vida em sociedade e para a circulação na cidade, formando assim uma matriz excludente, que define os desejos eróticos fora dos padrões de genitalização e procriação como “perversos”. Ainda, se a relação entre corpos e cidades se dá de forma simbiótica e sem limites precisos, Teixeira (2013) argumenta que, assim, atuariam sobre a cidade os esforços de civilização do espaço urbano, deserotizando e delimitando fisicamente os corpos. Logo, movimentos de resistência às lógicas de organização da cidade através da matriz excludente e da atuação do capital surgem e se multiplicam, de modo a possibilitar a ocupação da urbes pelos corpos não conformantes ao padrão estabelecido, desejosos de espaços que os acomodem devidamente.

Neste cenário, se encontram os *BDSMers*, ou simplesmente praticantes do BDSM, sigla que denomina o conjunto de práticas sexuais que envolvem jogos de dominação/submissão e/ou uso de elementos próprios para o engajamento em dinâmicas de sadismo/masochismo. Embora se comportem de modo a permanecerem invisíveis na cidade, protegidos pelo próprio espaço que ocupam e as redes de relacionamentos que estabelecem, os praticantes do BDSM ainda assim se inserem em práticas que não estão de acordo com o padrão estabelecido pela matriz dominante. Sendo assim, o objetivo deste

---

<sup>1</sup> MARCUSE, Herbert. Eros e civilização. **Rio de Janeiro: Zahar**, 1968

trabalho se delinea, ao propor uma reflexão a respeito da constituição dos corpos dos sujeitos praticantes de BDSM e dos seus lugares de ocupação nas cidades como formas de microresistência à matriz sexual dominante, excludente por princípio. Seria a prática do BDSM por esses indivíduos considerada uma forma de resistência? Seria o seu aspecto invisível na cidade fator relevante nesta consideração? São algumas das perguntas propostas por este trabalho.

### **Corpos Formados**

Variante da língua inglesa, a sigla BDSM pode ser traduzida como: BD = Bondage (Amarração/Imobilização com o auxílio de cordas, algemas, lenços, etc.) & Disciplina; DS = Dominação & Submissão; SM = Sadismo & Masoquismo (FREITAS, 2011). Mais do que a dor física, as relações aqui referidas incluem situações de dominação e submissão em contextos consensuais, praticadas por adultos e regidas por um conjunto rígido de regras relacionadas à sanidade, segurança e consensualidade (FACCHINI, 2013). Assim, o envolvimento e a erotização de objetos como roupas, cordas, correntes, vendas, botas, entre outros, ressalta a distinção entre as práticas BDSM e o sexo convencional, ou “baunilha”, termo utilizado para referir à “sexualidades e as pessoas que não vivenciam o BDSM” (FREITAS, 2011, p. 3).

Nesta, “ocorre a negociação de scripts eróticos, havendo basicamente dois papéis: *top/sádica(o)/dominador(a)* e *bottom/masquista/submissa(o)*” (FREITAS, 2010, p. 4, grifo da autora). Um terceiro papel, do *switcher*, também é possível de ser exercido, se caracterizando como alguém que se movimenta entre as duas outras categorias, “que sente prazer ao ocupar as duas posições, numa mesma ou em diferentes cenas S/M” (FREITAS, 2010, p. 4). Enquanto o adjetivo sádico enfatiza os aspectos relacionados à dor e ao teste dos limites do corpo, o termo dominador se refere ao caráter psíquico das relações, à tortura psicológica, à humilhação deliberada e consentida (FREITAS, 2010). Embora a referência à dor seja bastante proeminente nos debates acerca das práticas BDSM, Freitas (2010, p. 4) argumenta que “o que une as letras e dá sentido às práticas são as relações de poder. Para Foucault o S/M, é uma encenação de estruturas de poder, onde o corpo se coloca estrategicamente, se brinca com a autoridade e ser dominado ou dominar são posições fluidas”.

No entanto, Foucault (1979) define as relações de poder não como instrumentos ou estruturas, mas como uma rede de posições estratégicas que os sujeitos podem ocupar nos discursos, sendo assim possível relações de poder e de resistência, conforme os sujeitos interpretam e ressignificam símbolos e textos. Tais relações de poder e resistência são melhores expressas nos corpos dos indivíduos, resultados da ação do poder relacional que permeia a sociedade e define subjetividades, sendo nesses corpos expressas as práticas de liberdade e as formas de criação de novas existências para esses indivíduos (ORELLANA, 2012).

Dado o argumento a respeito dos jogos de poder como dinâmicas que se articulam entre as liberdades, Orellana (2012, p. 43) prossegue afirmando que, para Foucault, “as relações de poder, ao se apoiarem no objetivo instável da produção de condutas, configuram-se de uma maneira ampla e móvel, pois são relações que podem ser modificadas segundo a resistência que encontram”. Isso significa que as relações representam uma dinâmica flexível e aberta, se configurando como reversíveis face à resistência imposta. Logo, “se o poder se realiza por todo o corpo social, é porque a liberdade está por todas as partes e, sendo assim, sempre cabe a possibilidade de transformar as coisas” (ORELLANA, 2012, p. 44). Dessa forma, a possibilidade de transformação através dos comportamentos e dos corpos se destaca, ao considerar-se o poder cada vez mais elaborado e complexo no seu exercício, criando desejos, provocando prazeres e produzindo saberes (ORELLANA, 2012). A resistência, assim, tem seu ápice nos mecanismos de sujeição, uma vez que reinventa-se a partir do enfrentamento e se desenha incorporando as táticas deste poder de modo a dar suporte para uma possível inversão.

Nesse ponto, ressalta-se que “a situação estratégica que desenha a biopolítica aponta para a individualização e que toda relação de poder encontra, em si mesma, o ponto de contra-ataque” (ORELLANA, 2012, p. 49). Logo, Foucault destaca a “relação de si para consigo” como o ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político, expresso nos comportamentos e nos corpos dos indivíduos (ORELLANA, 2012).

Ao conceber o cuidado de si como uma prática que tende a administrar os espaços de poder presentes nas relações, assim controlando e limitando o poder, Orellana (2012) destaca o argumento de Foucault que o cuidado de si objetiva impedir o desvio do poder a tal ponto que leve a um estado de dominação. Tal prática evidencia o combate aos mecanismos de controle e submissão que se espalham na sociedade, ao mesmo tempo que estabelece luta contra as técnicas de subjetivação que atravessam os sujeitos (ORELLANA, 2012). Entende-se, então, que o cuidado de si constitui-se como uma das formas de manifestação das práticas de liberdade, na qual os sujeitos, através de atos, gestos, estados de espírito ou do corpo, se colocam de forma refrataria e indócil ao poder (ORELLANA, 2012). Logo, a liberdade se torna “um exercício de modificação das relações estratégicas de poder” (ORELLANA, 2012, p. 52).

Percebe-se, então, que para Foucault os movimentos de resistência estão inscritos nos jogos e situações estratégicas na qual as relações de poder se realizam, se tornando contraponto fundamental do exercício do poder sobre os indivíduos. Os sujeitos, ao praticarem ações de liberdade através das práticas do cuidado de si, resistem às tentativas de subjetivação impostas por essas relações de poder e, assim, negam os discursos hegemônicos constituintes de identidade, não somente pelo ato de negar, mas também pela possibilidade de criação de novas formas de existência para si mesmo.

Neste contexto, pensar o BDSM como uma das práticas de cuidado de si, significa pensar nas possibilidades de subjetivação e de constituição dos corpos dos praticantes como uma tentativa de

resistência ao modelo hegemônico de sexualidade, à matriz heterossexual definida por Butler (2004) como o modelo que determina os corpos que são válidos e as expressões de gênero e sexualidade que serão legítimas em sociedade. Também é possível visualizar o BDSM como um dos grupos representantes do que Gayle Rubin (1984) chamou de “sexualidades dissidentes”, ou aquelas sexualidades que se encontram à margem, fora dos padrões que são considerados legítimos, legais e aceitáveis. Logo, a constituição dos corpos dos praticantes de BDSM – através da utilização de indumentária própria, de objetos e símbolos de prazer específicos, e de frequência a determinados lugares e adoção de determinados comportamentos –, segundo Foucault, se caracterizaria numa forma de prática de liberdade, de prática do cuidado de si, de governo de si, ao se opor ampla e abertamente ao poder exercido sobre esses sujeitos, tornando-os corpos dissidentes.

### **Territórios Ocupados**

De acordo com Souza (2009) a definição de território passa, em primeiro lugar, pela sua dimensão política, expressa nas relações de poder. Logo, os processos de territorialização e desterritorialização são processos que envolvem o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço, que Souza (2009) considera, simultaneamente, substrato material (edifícios, ruas, avenidas, pontes, etc) e “lugar”, se tornando referência e um condicionador das práticas de poder. Surge daí a comparação que Souza (2009) faz do território a um “campo de força”, no qual o território é, obviamente, uma dimensão do espaço social que depende, de várias formas, da dimensão material do espaço, mas que é também, em si mesmo, intangível, assim como o poder é impalpável, devido a seu aspecto de relação social. Para o autor, “o poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso” (SOUZA, 2009, p. 66).

Similarmente, Fortuna (2012) se utiliza do termo “(micro)territorialidades” para falar a respeito “de processos socioespaciais situados na confluência interescalar do macro e do micro”, e, também, como “fenômenos situados nos lugares ou, mais objetivamente, em espaços de pequena escala com gente dentro, o que lhes confere, em consequência, uma dimensão humana e territorial particular” (FORTUNA, 2012, p. 201). Como Souza (2009), o autor acredita que esses espaços situados na cidade evocam um tipo particular de associação, baseado na partilha de afetos, sentimentos e emoções, que denotam “alguma alternatividade e dissidência perante os modos convencionais de ler o social, nomeadamente a díade comunidade-sociedade” (FORTUNA, 2012, p. 201). Isso significa que, no limite, tal forma de socição pode acolher novas perspectivas de comportamento e de organização social, promovendo transformações radicais nos estilos de vida (FORTUNA, 2012).

Nesse sentido, Fortuna (2012) está menos interessado em discutir a dimensão espacial das (micro)territorialidades, e mais intensamente engajado no debate a respeito da relações que se

desenrolam nesses territórios, formando comunidades afetivas, sendo muitas delas concretizadas nas subjetividades, ou na imaginação dos sujeitos, o que inclui, de certa forma, as comunidades virtuais. Desse modo, as (micro)territorialidades adquirem “um sentido particular de confrontação com o contexto excessivo da metrópole” enquanto macroestrutura urbana, de acordo com Fortuna (2012, p. 202). A complexidade apresentada pela metrópole contemporânea faz com que esses espaços sejam representativos de uma profunda fragmentação social, espacial e cultural, na medida em que as (micro)territorialidades constituem fragmentos organizados de socição e são entendidas como espacialidades socioafetivas de pequena escala (FORTUNA, 2012).

Desse modo, a noção de (micro)territorialidade trabalhada pelo autor implica “uma abordagem multiescalar dos espaços e o reconhecimento dos micropoderes de que fala Foucault em contraponto ao poder macro do Estado e a sua territorialidade por excelência: o espaço nacional da modernidade” (FORTUNA, 2012, p. 203). Entender a territorialidade como uma representação ou “subjetivação” do território se torna importante, uma vez que este acaba remetendo a uma geografia espacial que transmite ao espaço elevada carga afetiva por parte dos sujeitos (FORTUNA, 2012). A relação entre o espaço e os corpos se torna, então, uma relação de corporeidade sensível, onde o autor se utiliza da perspectiva de Henri Lefebvre<sup>2</sup> para discorrer a respeito da relação entre corpos e o espaço, e como se dá os processos de vivência sensorial dos (micro)territórios por parte dos sujeitos (FORTUNA, 2012).

Logo, percebe-se que tanto Souza (2009), quando fala a respeito dos nanoterritórios, quanto Fortuna (2012), que discorre a respeito dos (micro)territórios, fazem paralelo entre as formas de resistência e a ocupação dos espaços pelos sujeitos sociais. Ambos situam suas abordagens muito além do escala geográfica dos espaços (mesmo que reconheçam a sua materialidade), definindo territórios como espaços nos quais os indivíduos estão inseridos em relações de poder, exercem esse poder sobre o espaço, ao mesmo tempo que passam por experiências corporais que fazem parte de sua subjetivação e, conseqüentemente, da constituição do território que ocupam. No caso dos praticantes BDSM, essa relação com o espaço se explicita ao observar-se os locais de encontro e de socição dos indivíduos, que ocorrem, geralmente, em clubes, bares, fóruns e redes sociais na internet, além de propriedades particulares.

### **Considerações finais**

Este trabalho teve como principal objetivo refletir a respeito da constituição dos corpos dos sujeitos praticantes de BDSM e dos seus lugares de ocupação nas cidades como formas de

---

<sup>2</sup> LEFEBVRE, H. The production of space. **Oxford: Blackwell**, 1991.

LEFEBVRE, H. *Éléments de rythmanalys: introduction à la connaissance des rythmes*. **Paris: Syllepse**, 2002.

microresistência à matriz sexual dominante. Conforme visto na primeira seção, a própria constituição dos corpos dos *BDSMers* pode ser considerada como um ato de resistência à matriz heterossexual definida por Butler (2004) e admitida por Rubin (1984) como componente hegemônico da ordem social contemporânea, ao definir os sujeitos heterossexuais envolvidos em relações monogâmicas como o padrão a ser seguido por todos.

Ainda nesta seção, realizou-se uma discussão a respeito do conceito de poder para Foucault, relacional e intrinsecamente social, na qual os indivíduos estão inseridos em situações estratégicas que, ao mesmo tempo, constituem sua subjetividade e oferecem espaços para que novos modos de vida e de subjetivações sejam propostas. Por considerar que as práticas de liberdade – conceito atribuído por Foucault para aquelas práticas que objetivam a produção de novas formas de vida – sejam parte intrínseca das relações de poder, Foucault aponta como as “relações de si para consigo”, ou melhor, as práticas de “cuidado de si”, de “governo de si”, como ponto primeiro e último de resistência ao poder político, este expresso nos corpos e no comportamento dos indivíduos. Assim, encarar o engajamento dos indivíduos praticantes de BDSM como práticas de cuidado de si, significa admitir que os novos modos de vida e expressão sexual resultantes constituem-se como resistência ao modelo vigente de comportamento social e sexual na qual estão inseridos, resistência tal que se imprime nos corpos e nos comportamentos dos sujeitos.

Tais práticas se dão em determinados espaços que são físicos e que se inserem na dinâmica da cidade que é vivida, não somente frequentada, pelos praticantes BDSM. Desse modo, uma discussão mais aprofundada da questão territorial e do questionamento da necessidade de visibilidade desses corpos foi introduzida na segunda seção. Iniciando com a definição de “território”, para Souza (2009), como essencialmente a expressão espacial das relações de poder, que são sociais, e passando, em seguida, para Fortuna (2012), que vai além, ao definir as “(micro)territorialidades” como espaços que participam de processos socioespaciais situados na confluência entre as dimensões macro e micro, onde grupos de pessoas se reúnem e as suas relações conferem a esse espaço uma dimensão humana particular.

Para o autor, as (micro)territorialidades se formam a partir dos investimentos de afetividade, das relações de poder travadas e das formas de subjetivação criadas pelos sujeitos atuantes, o que confere a esse conceito uma dimensão não somente geográfica, mas também imaginária de formação de comunidades; sendo possível enxergar as comunidades BDSM como lugares que são muito mais do que, e estão além das, socializações físicas promovidas pelos sujeitos. Sendo um espaço alternativo de organização, Fortuna (2012) também considera as (micro)territorialidades espaços de resistência e confrontação, principalmente aos excessos das metrópoles, altamente fragmentadas social e culturalmente. Dessa forma, é possível dizer que as práticas BDSM, independentes da sua visibilidade ou não no âmbito da cidade, existem, são válidas e fazem parte do cotidianos de inúmeros sujeitos

praticantes dessa sexualidade dissidente, e por isso mesmo, resistente ao modelo de vida historicamente imposto pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Undoing Gender. **London: Routledge**. 2004.

FACCHINI, R. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana**, n. 14. Ago., p. 195-228, 2013.

FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terra@Plural**, v. 6, n. 2, p. 199-214, 2012.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. **Rio de Janeiro: Edições Graal**, 1979.

FREITAS, F. R. A. de. Bondage, Dominação/Submissão E Sadomasoquismo: Uma Etnografia Sobre Práticas Eróticas Que Envolvem Prazer e Poder em Contextos Consensuais. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Ago., 2010.

FREITAS, F. R. A. de. Sexualidades: Prazeres, Poderes e Redes Sociais. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais UFG, **Anais...** Nov., 2011.

ORELLANA, R. C. A ética da resistência. **Ecopolítica**, v. 2, p. 37-63, 2012.

RUBIN, Gayle S. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: *Pleasure and Danger*, ed. Carol S. Vance, **Boston: Routledge and Kegan**, 1984. 143-178.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. **São Paulo: Expressão Popular**, 2009.

TEIXEIRA, M A. de A. Presença Incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista. Universidade de Brasília, 2013. Dissertação (Mestrado).